

G-7 vai liberar mais verbas para meio ambiente

Telma Pinto
de Manaus

O G-7, grupo dos países mais ricos do mundo, anunciou ontem, em Manaus (AM), a disposição de liberar mais US\$ 89 milhões ao governo brasileiro para a continuidade do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7). Os novos recursos anunciados garantem a transição para a segunda fase do programa, prevista para ser iniciada no ano 2000.

O anúncio foi feito durante entrevista coletiva pelos embaixadores do G-7 que estão reunidos com o governo brasileiro para a avaliação e definição de novas estratégias para viabilizar o PPG-7. O embaixador da Alemanha no G-7, Fritz Fischer, anunciou que o seu país vai liberar mais US\$ 36 milhões para projetos na Amazônia Legal e Mata Atlântica nos próximos dois anos. A Alemanha, individualmente e através do Rain Forest Trust Fund, do Banco Mundial, já financiou 60% dos recursos que sustentaram a primeira fase do projeto.

Apesar de a Alemanha ser o país que mais contribuiu para o PPG-7, o embaixador Fritz Fischer disse que o país vai continuar investindo nas florestas tropicais brasileiras. Ele disse que a Alemanha se orgu-

Novos recursos vão financiar projetos voltados para o ecoturismo e para pesquisas genéticas na região Amazônica e na Mata Atlântica

lha de estar assumindo a liderança do PPG-7 em termos de liberação de recursos e lembrou que a mesma posição foi tomada depois da Segunda Guerra Mundial, pelos Estados Unidos, quando financiou a reconstrução da Europa através do Plano Marshall.

No bolo dos US\$ 89 milhões, a União Européia (UE), que já

participa no PPG-7 com 92,9% do total de US\$ 197,5 milhões comprometidos no programa, vai liberar mais um milhão de ecus (equivalentes a US\$ 1,150 milhão) para estimular projetos nos quais o setor privado, nacional e internacional, possa se envolver com o PPG-7. Os novos recursos vão financiar especialmente projetos

voltados para o ecoturismo e para pesquisas genéticas na região Amazônica e na Mata Atlântica.

A União Européia também espera receber até janeiro de 1998 a proposta de quatro novos projetos do PPG-7, nas áreas de extrativismo, ciência e tecnologia, monitoração de queimadas e preservação de parques e florestas, para poder

tratar da liberação de outros US\$ 25 milhões. Os recursos já estão comprometidos, mas segundo o conselheiro para a Cooperação de Desenvolvimento Ambiental da UE, José Vasconcelos, o dinheiro só será liberado depois da aprovação dos projetos finais.

O embaixador da UE, Christoph Bail, reclamou que 93% do PPG-7

vem sendo financiado pelos países europeus e pediu uma maior participação dos demais países do G-7 para que passem a se envolver com o programa mais efetivamente. "Não apenas os Estados Unidos, mas também a Ásia, como por exemplo o Japão." Bail observou que esses países têm investido comercialmente na Amazônia e contribuído, de certa forma, para a devastação da região, mas pouco têm feito para a preservação ambiental através do PPG-7.

O embaixador americano no G-7, Mark Schneider, ponderou que os Estados Unidos pretendem aumentar a contribuição financeira que têm dado até agora e ainda estão avaliando as áreas prioritárias de investimento. Ele anunciou que os Estados Unidos podem liberar US\$ 25 milhões através da agência espacial americana Nasa para um projeto de monitoramento atmosférico na Amazônia e Mata Atlântica. Schneider também observou que com a vinda do presidente Bill Clinton ao Brasil, há duas semanas, US\$ 10 milhões foram autorizados para o PPG-7, sendo US\$ 2 milhões com liberação prevista até dezembro próximo. A França também anunciou novos investimentos de US\$ 2 milhões para as florestas brasileiras.

ONGs alegam discriminação à Mata Atlântica

O ministro do Meio Ambiente, Gustavo Krause, bateu na mesa e elevou a voz ao dizer ontem, em Manaus, que o governo brasileiro não vai ceder às condições e exigências das Organizações Não-Governamentais (ONGs) no Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7). A irritação do ministro ocorreu durante a reunião do PPG-7 depois que a Coordenação Nacional da Rede de ONGs da Mata Atlântica anunciou a retirada de 122 entidades do processo de discussão e negociação do programa por acreditar que o go-

verno brasileiro vem "desvirtuando" o projeto original.

Em carta aberta, lida no plenário da reunião do PPG-7, o coordenador nacional de ONGs da Mata Atlântica, Widolg Bertoldo Schaffer, acusou o governo brasileiro, através do Ministério do Meio Ambiente, de estar boicotando e discriminando a Mata Atlântica no programa. Schaffer disse que a Mata Atlântica só conseguiu a liberação de US\$ 3,4 milhões de um total de US\$ 174 milhões já repassados pelo G-7 para o PPG-7. O restante dos recursos foi destinado à Amazônia Legal.

A permanência das ONGs da Mata Atlântica foi condicionada ao atendimento de duas exigências: a criação, pelo MMA, num prazo de 30 dias, de uma secretaria técnica específica para a Mata Atlântica, para coordenar a inserção da região no PPG-7; e a retomada da contratação de consultores definidos conjuntamente com as ONGs para a elaboração de uma proposta detalhada para a entrada da Mata Atlântica no PPG-7.

Krause, diante dos embaixadores do G-7 e de dezenas de consultores e técnicos do programa,

revidou a crítica de que o governo é descomprometido com a Mata Atlântica e afirmou que o governo não aceita a criação da secretaria técnica para a Mata Atlântica. Segundo ele, os países doadores, o Banco Mundial, e o governo brasileiro fecharam, desde 1992, as prioridades do financiamento do G-7 e nelas a Mata Atlântica está incluída depois da Amazônia. A reformulação para a previsão de mais verbas para a Mata Atlântica está sendo estudada, disse Krause, mas depende de "alianças" e "negociações".

(T.P.)